



Intersecção entre o encarceramento e as perturbações mentais, uma análise descritiva

Thais Tiemi Matsui^{1*}, Gabrielle Martins Peres¹

¹Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, Brasil.

RESUMO

OBJETIVO

Analisar a saúde mental das pessoas encarceradas e como essa questão tem sido tratada entre os órgãos governamentais para melhorar o bem-estar desses indivíduos, considerando os transtornos prevalentes e os fatores socioeconômicos.

MÉTODOS

Pesquisa na base de dados científica Pubmed com a aplicação dos descritores “Transtornos mentais” e “Encarceramento”.

RESULTADOS

Observou-se nos artigos analisados grande predominância de determinados transtornos mentais na população encarcerada. No entanto, mesmo com algumas medidas governamentais, foi identificada uma lacuna nas políticas públicas para melhorar e individualizar os cuidados de saúde.

CONCLUSÕES

A literatura analisada focou o estudo da população encarcerada vinculada a doenças específicas e ao uso de drogas, o que em sua maioria reforça estigmas já fortemente vinculados a esse grupo social. No entanto, também mostrou que precisam de mais atenção, tratamento humanizado, segurança de direitos e proteção governamental sobre qualquer tipo de discriminação. Em conclusão, ainda não se sabe se a alta prevalência de transtornos mentais na prisão configura como precedente ou como consequência do encarceramento.

DESCRITORES

Saúde mental, Encarceramento, População vulnerável, Estigma social, Perturbações mentais.

Corresponding author:

Thais Tiemi Matsui.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
5511979871175, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: thais.matsui@hotmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7956-4014>

Copyright: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons

Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

DOI: <https://doi.org/10.56242/globalhealth;2021;2;5;27-29>

INTRODUÇÃO

Os setores da população em sofrimento mental ou encarcerados são marginalizados em todo o mundo, tanto física como social, o que implica numa taxa desproporcionalmente elevada de doenças, más condições de saúde e deficiências¹. Nos Estados Unidos, a população prisional ultrapassa os 2 milhões de pessoas, sendo que 1 em cada 5 residentes apresenta diferentes tipos e fases de doença mental, de acordo com o Instituto Nacional de Saúde Mental².

No Brasil, que ocupa a segunda maior população prisional (Figura 1), não é diferente, estima-se 811 707 pessoas privadas de liberdade, em regime aberto ou fechado, em 2021³, associada à superlotação de 54,9% deste sistema. O intenso fluxo prisional, o aumento das penas por crimes menores, as deficiências das instituições de saúde mental, a falta de recursos para receber esta população nas prisões² e o regime desumano estabelecido reforçam muitos estigmas sociais.

A título de exemplo, em muitos estudos, esta população está estreitamente relacionada com o consumo de drogas, o abuso do álcool, as psicopatologias em geral aos traumas infantis⁴ e a propagação do vírus HIV⁵; o que justificaria, de alguma forma, a vida criminosa. Mas os escassos dados e estudos disponíveis sobre o bem-estar biopsicossocial, incluindo o cuidado da saúde mental, revelam a falta de interesse e discussão sobre o sofrimento destes indivíduos, o que se opõe às exigências da maior visibilidade desta população crescente. Portanto, este estudo visa compreender melhor o estado geral da saúde mental dos prisioneiros, os determinantes sociais a que estão expostos, e as medidas governamentais aplicadas nesta área para salvaguardar o direito destes à saúde.

MÉTODOS

Os estudos foram o resultante da investigação realizada na base de dados científicos Pubmed, com a aplicação dos descritores “perturbações mentais” e “encarceramento”. O total de artigos encontrados, entre 2016 e 2021, foi de 1153. Seguido do processo de exclusão a partir da análise qualitativa do título, resumo e palavras-chave, com a eliminação daqueles que desrespeitaram o tema proposto ou que foram publicados antes de 2020. Assim, foram utilizados 327 estudos neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para os 327 artigos inicialmente selecionados, foi aplicado um segundo processo de exclusão baseado na língua de escrita e no respeito pelo âmbito definido, do qual 1 (em francês) e 246 trabalhos, respectivamente, foram eliminados (Tabela 1). Uma análise rápida permitiu-nos observar que o maior foco entre eles era a utilização de substâncias e fatores associados, contabilizando 78 artigos. Além disso, apenas um deles considerou o cenário prisional brasileiro, numa estrutura comparativa com a estrutura australiana. Com base em estudos da literatura encontrada e selecionada, foi possível ter uma noção generalizada de como é e de como o mundo tem lidado com os cuidados de saúde mental das pessoas encarceradas, apesar da diferença nos sistemas prisionais.

No ambiente prisional, os indivíduos são expostos a vários fatores como a solidão, o isolamento e o medo, o que desencadearia estresse fisiológico, responsável por maior risco de inflamação e depressão. No entanto, outros distúrbios mentais como o TDAH, ideias suicidas, bipolaridade, psicopatia e psicopatologias também estavam presentes numa maior proporção nas prisões em comparação com a comunidade em geral⁴. Paralelamente, existem várias propostas governamentais para cuidar destes indivíduos. É possível mencionar terapias, intervenções de grupo, trabalho com educadores, tratamento da toxicode-

pendência, bem como formação em competências cognitivas, sociais e profissionais⁶.

Figura 1. Maiores populações encarceradas, de acordo com o “World Prison Brief”.



Tabela 1. Temas dos artigos excluídos da literatura encontrada na base de dados do Pubmed.

Temas de estudos excluídos e sua frequência entre o total de estudos encontrados	
Consumo de drogas (opióides, álcool e outras substâncias)	31,19%
População não-carcerária (veteranos, jogadores, ex-condenados, carcereiros, filhos de prisioneiros, população em geral)	10,40%
HIV (tratamento, relação com outras doenças)	4,28%
Hepatites (B, C)	3,97%
Experiências de infância adversas (EIA)	3,36%
Acesso aos serviços de cuidados a saúde e/ou hospitalização	2,45%
Outros (enfoque exclusivo nas perturbações mentais, COVID-19, prisão preventiva, défices auditivos, racismo, gangue, yoga)	12,23%

CONCLUSÃO

A relação entre a saúde mental e o encarceramento ainda é pouco discutida e enfrenta muitos obstáculos, incluindo o estigma que a rodeia e as estruturas prisionais em todo o mundo. Atualmente, o mundo confronta-se com muitos cidadãos com distúrbios mentais encarcerados, que necessitam de cuidados mais individualizados. Especialmente porque, embora o tratamento precário seja intrínseco à constituição de um perfil padrão e desumano das instituições, os determinantes sociais, como o gênero ou a raça, têm impacto diferente⁷. Concomitantemente, acrescenta-se à punitividade que reina na nossa sociedade, o que reforça a crença de que um prisioneiro é destituído dos seus direitos humanos, uma vez que é simplesmente uma consequência do seu livre arbítrio⁸. A aplicação das teorias e orientações formuladas para o cuidado perfeito também é atrasada devido as questões de governação em diferentes níveis, tais como limitações de recursos, resistência à inovação e autoritarismo¹. O que significa que a teoria continua a ser um plano utópico quando se trata de cuidados de saúde a esta população vulnerável.

AGRADECIMENTOS

Reconhecemos a universidade pública e o sistema de saúde unificado pela oportunidade de aprender, de investigar e de contribuir para o nosso país de alguma forma. Agradecemos também especialmente à Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil por ser a nossa casa e a nossa base nesta viagem à medicina.

REFERÊNCIAS

1. Ismail N, de Viggiani N. Challenges for prison governors and staff in implementing the Healthy Prisons Agenda in English prisons. *Public Health*. 2018;162:91-97
2. Dierenfeldt R, Scott S, Iles G, Smith M. Examining College Student Perceptions of Criminal Justice Outcomes Among Persons With Mental Illness. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*. 2020;64(9):1027-1049

3. World Prison Brief | an online database comprising information on prisons and the use of imprisonment around the world [Internet]. Prisonstudies.org. 2021 [cited 2 October 2021]. Available from: <https://www.prisonstudies.org/>
4. van Buitenen N, van den Berg C, Meijers J, Harte J. The prevalence of mental disorders and patterns of comorbidity within a large sample of mentally ill prisoners: A network analysis. *European Psychiatry*. 2020;63(1).
5. Bucek A, Mellins C, Leu C, Dolezal C, Korich R, Wiznia A et al. Psychiatric disorders and young adult milestones in HIV-exposed, uninfected youth. *AIDS Care*. 2019;32(4):420-428.
6. Lamb H, Weinberger L. Deinstitutionalization and other factors in the criminalization of persons with serious mental illness and how it is being addressed. *CNS Spectrums*. 2019;25(2):173-180.
7. Irizarry Y, May DC, Davis A, Wood PB. Mass Incarceration Through a Different Lens: Race, Subcontext, and Perceptions of Punitiveness of Correctional Alternatives When Compared to Prison. *Race Justice*. 2016 Jul;6(3):236-256.
8. Carey, J. and Paulhus, D., 2013. Worldview Implications of Believing in Free Will and/or Determinism: Politics, Morality, and Punitiveness. *Journal of Personality*. 2012 Jul;81(2):130-141.